

ENTREVISTA¹

O ofício do profissional de História no tempo presente: entrevista com Durval Muniz de Albuquerque Júnior²

Ilanil Coelho (I.C.): Antes de mais nada, agradeço o aceite do convite para você conhecer a nossa universidade, vir a Joinville pela primeira vez e abrir a XXV Semana de História da Univille³. Estamos felizes com a sua presença e aproveitamos para conversar um pouco sobre alguns temas que nos são muito caros e sobre os quais você tem experiência e reflexão: patrimônio, o ofício do historiador e os desafios do ensino de História na atualidade. Começo justamente pelo primeiro tema: na sua opinião, quais os desafios hoje abertos quando a gente considera os usos e abusos da ideia de patrimônio cultural? E, se puder, faça também um balanço com base em sua própria experiência.

Durval Muniz de Albuquerque Júnior (D.M.): Eu quero também agradecer o convite e dizer que é um prazer estar aqui, conhecendo a Univille, conhecendo Joinville e conhecendo vocês todos. O texto que eu publiquei recentemente, “A melancolia dos objetos”⁴, tratou da minha experiência de conhecer o Museu Britânico⁵, experiência que me fez pensar muito sobre o processo violento de constituição do patrimônio cultural e histórico, sobre a violência que é essa nomeação.

O ato de nomear algo de patrimônio é um exercício de poder: é um ato de poder que teríamos de refletir muito sobre seu caráter muitas vezes violento. É porque você violenta o sentido. Há um sentido anterior que, no ato de nomear alguma coisa de patrimônio,

¹ Entrevista realizada pela Profa. Dra. Ilanil Coelho (Programa de Pós-Graduação/PPG em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille; curso de História da Univille) em 3 de junho de 2019, no Anfiteatro da Biblioteca Central da Univille. Horário: 15h. Duração: 1h34min. Transcritor: Paulo Henrique Vernillo (acadêmico de História da Univille – 4.º ano). Revisores: Prof. Dr. Fernando Cesar Sossai e Prof. Dr. Diego Finder Machado (professores do PPG em Patrimônio Cultural e Sociedade e do curso de História da Univille). Captação e edição de áudio e vídeo: Fernanda Ozório (historiadora) e Juliano Pfitzenreuter Nunes (jornalista) (Volo Filmes & Fotografia). *Link* para assistir ao vídeo da entrevista: https://www.youtube.com/watch?v=OVTv_wiys_E&feature=youtu.be.

² Prof. Dr. da Universidade Estadual da Paraíba.

³ A programação completa do evento encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://lhouniville18.wixsite.com/semanahistoria2019>.

⁴ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A melancolia dos objetos: algumas reflexões em torno do tema do patrimônio histórico e cultural. In: BAUER, Leticia; BORGES, Viviane Trindade (org.). **História oral e patrimônio cultural: potencialidades e transformações**. 1. ed. São Paulo: Letra e Voz, 2018. 176 p.

⁵ Informações sobre o Museu Britânico (The British Museum) podem ser visualizadas em: <https://www.britishmuseum.org/>.

imediatamente é substituído por um novo sentido. O patrimônio é um conceito, e, quando você atira esse conceito sobre uma coisa, esse conceito muda o sentido, muda a forma de ver, de encarar, muda o lugar desse objeto, desse monumento, dessa construção. Como é uma coisa, é um gesto político, mas também é um gesto de apropriação. Isso tem muito a ver com a própria lógica da apropriação e da posse, que é uma lógica dominante no mundo capitalista, na ordem capitalista. Não é mera coincidência que foi o capitalismo que reconfigurou o sentido do patrimônio. O conceito de patrimônio, que é um conceito antigo, tinha um sentido mais político. Patrimônio era aquilo que o pai legava ao filho em termos de nome, fama, lugar na cidade. Patrimônio passa a ser uma coisa material. Enquanto podemos dizer que na Antiguidade patrimônio era uma coisa, em grande medida, imaterial, simbólica, política, no mundo moderno passa a ser uma coisa propriamente material, da qual você pode tomar posse, da qual você pode se apropriar. Esse patrimônio nasce de certa compulsão de guardar e colecionar, que é um apanágio da cultura burguesa da acumulação. As casas burguesas são um retrato disso, são casas entupidas de objetos, porque se valoriza a posse, se valoriza a propriedade das coisas, ter as coisas, apropriar-se das coisas, inclusive dos corpos, das pessoas etc. As próprias pessoas são patrimonializadas, de certa forma, depois que morrem. Elas se tornam propriedade da família, se tornam espólio, se tornam alguma coisa de que você se apropria, que se guarda.

Para pensar o patrimônio, pensar o gesto de patrimonializar, de museificar, de guardar, de colecionar, teríamos de refletir sobre a dimensão violenta disso, a violência do sentido, a violência da mudança de lugar, do deslocamento, da desapropriação, porque muitas dessas coisas são desapropriadas, quando não saqueadas. O Museu Britânico é fruto de um grande saque: um saque quase que mundial. A Inglaterra saqueou os povos literalmente muitas vezes, roubou, pilhou. Há monumentos que são simplesmente decapitados, cortados aos pedaços, quebrados, arrancados do seu lugar de inscrição, de significação, para serem pilhados no Museu Britânico, quando não empilhados na sua reserva técnica. Os objetos nem sequer são expostos porque não tem lugar para eles. São oito milhões de objetos. Um museu que tem oito milhões de objetos não pode mostrá-los em sua totalidade. Não são pequenos objetos, são pirâmides inteiras, são monumentos inteiros que foram arrancados e carregados. Isso acontece em vários outros lugares. Se você vai ao Museu Etnográfico de Madri, você presencia o saque dos povos americanos, o saque que sofreram os astecas, os incas, os maias. Se formos a qualquer museu do Brasil, a gente vai ver o saque que foi feito sobre as populações.

I.C.: Na sua perspectiva, o gesto de patrimonialização é, também, um gesto de atribuição de valor a determinados objetos, tornando-os símbolos de cultura...

D.M.: Sim. Mas que carregam a barbárie. Como dizia Walter Benjamin: “Todo monumento de cultura é um monumento de barbárie”. Então, na verdade, aqueles objetos estão ali [no Museu Britânico] para significar a vitória da civilização ocidental. Na verdade, eles simbolizam a vitória da Europa sobre aqueles povos. A ideia de que aqueles objetos são legitimamente guardados pela Europa vale-se do argumento de que a Europa sabe cuidar daqueles objetos, porque os povos que os produziram não sabem cuidar deles, porque esses povos nem sequer perceberiam que eles seriam patrimônio. Na verdade, como dizem os antropólogos, quando um objeto está dentro do cotidiano de uma determinada comunidade, ela não tem o distanciamento para produzir a ideia de patrimônio.

A ideia de patrimônio exige um olhar de fora, exige um distanciamento, exige a produção de um outro: da alteridade. Patrimonializar é sempre criar, ao mesmo tempo, identidades e alteridades. Quer dizer, você cria uma identidade também construindo uma alteridade. O patrimônio quase sempre nasce de uma operação de ressignificação, aquilo

que Roland Barthes⁶ chamava de “mitologização”. O que era, para Barthes, o discurso do mito? O discurso mítico é aquele que toma um discurso primeiro, rasura-o e constrói um outro sentido para ele. Então, uma estátua, que tinha um sentido para uma cultura, que tinha nela uma narrativa que lhe dava sentido, é arrancada dessa cultura; esse sentido primeiro é rasurado, é apagado, e você constrói um segundo sentido, que é um sentido muito mais racional, um sentido muito mais distanciado, um sentido muito mais técnico. Eu falo no meu texto [“A melancolia dos objetos”] sobre o papel dos cientistas. Falo que a ciência e os especialistas participam da construção da ideia de patrimônio porque esse discurso técnico gera esse distanciamento.

O objeto que era sagrado para uma cultura, quando é dela arrancado, é dessacralizado e lhe é atribuído outro lugar de sentido, o lugar de representante da cultura, de representante da civilização, de representante da humanidade, de representante da História, de representante da memória. Ele ganha outro lugar à medida que sofre esse deslocamento, esse arrancamento, essa desterritorialização. Aqueles objetos [do Museu Britânico] são todos desterritorializados. Eu olhava para todos eles e a minha sensação, que é uma sensação meio geral que tenho quando vou a um museu, é que os objetos estão todos muito tristes. Eles estão muito tristes porque estão deslocados dos lugares onde faziam sentido; eles estão muito solitários, eles estão absolutamente descontextualizados. Eles estão presos, engaiolados naqueles expositores, naqueles vidros, naquelas coisas. Eles estão empalhados de certa forma. Muitos objetos que eram vivos estão, literalmente, empalhados. Se você vai aos museus de história natural, os animais estão todos mortos. A presença da morte ali é muito mais clara. Quando você chega, por exemplo, à sala imensa das múmias no Museu Britânico, até o cheiro é de morte. A sala tem um cheiro de morte. As pessoas ficam todas girando ao redor daquelas múmias em vários estados de conservação diferentes e não paira na cabeça a ideia de que [as múmias] eram pessoas. O próprio conceito de múmia altera o fato de que aquilo era um corpo humano. Para as pessoas, elas não estão girando em torno de corpos humanos. Para as pessoas, as múmias não foram vivas, elas sempre foram múmias. Parece que elas nasceram múmias. Mas elas não nasceram assim: elas foram mumificadas. Então, a sensação é esta: de que ali tudo tem muito cheiro de morte, porque [os objetos] perderam a vida da cultura em que estavam inseridos.

I.C.: O interessante é que os discursos legais e as regulamentações para a patrimonialização – suas justificativas – são sempre contrários. Quer dizer, ao entrar em um museu, a ideia é a de que quem olha terá a oportunidade de conhecer o outro...

D.M.: O que é o Museu Britânico? O Museu Britânico é um monumento ao imperialismo britânico. Isso é muito claro. Nele o imperialismo britânico está monumentalizado. É um museu que foi crescendo enormemente, à medida que o Império Britânico ia pilhando o mundo inteiro. Ele é uma verdadeira aranha. O prédio é feito de puxadinhos para todo lado, porque ele foi crescendo. Tem um novo anexo imenso sendo construído. Aquilo não para. Ele tem vários subterrâneos. Vários outros museus saíram de dentro dele. A National Gallery⁷ saiu de lá: todos os retratos que retratavam a história política [da Inglaterra] saíram de lá. Toda a biblioteca foi tirada de lá e virou a British Library⁸. Todo o Museu de

⁶ Dados bastante sumários a respeito da biografia de Roland Barthes (1915-1980) podem ser encontrados em: <https://www.britannica.com/biography/Roland-Gerard-Barthes>.

⁷ Informações sobre The National Gallery estão disponíveis em: <https://www.nationalgallery.org.uk/>.

⁸ Detalhes sobre The British Library podem ser encontrados em: <https://www.bl.uk/>.

História Natural⁹ saiu de lá. O museu foi sendo dividido, tal o tamanho ingovernável que foi tomando. Isso, claro, é um monumento ao poder da Inglaterra.

Esses grandes museus, esses grandes lugares de estocar o patrimônio, têm a ver com poder. São monumentos que monumentalizam o poder. O poder e a pretensa centralidade daqueles povos na história do mundo. Ali há uma narrativa de que ali é o centro da história mundial. Por isso aquelas coisas todas devem convergir para lá. O que justifica que uma pessoa do Irã, que queira ver o Cilindro de Ciro, tenha que ir à Inglaterra? Existe um processo, que se arrasta há quase 40 anos, em que o governo do Irã quer a volta do Cilindro para o Irã. Isso se arrasta indefinidamente nos tribunais da Inglaterra. Vocês acompanharam, por exemplo, quando Nelson Mandela assumiu o poder na África do Sul. Ele conseguiu, por meio de um doloroso processo, que a chamada “Virgem Hotentote” fosse levada de volta para a África do Sul e, finalmente, fosse enterrada. Uma mulher hotentote, que foi comprada e que circulou na Europa em circos, era mostrada porque tinha seios enormes, tinha uma anca, uma nádega enorme e uma vagina com lábios grandes, lábios imensos. Ela foi exposta publicamente em circos e feiras da Europa durante muitos anos. Quando ela morreu, foi colocada em formol e era mostrada no Museu de História Natural de Paris¹⁰. Foi preciso um longo processo da África do Sul para que essa moça fosse repatriada e enterrada. Isso é uma violência! Como visitar essas coisas e não perceber a violência? O que é isso? Essa é a constituição do chamado patrimônio universal ou patrimônio da humanidade? Mas a humanidade de quem? Por que a Inglaterra tem o direito de representar a humanidade? Por que o patrimônio da humanidade não está na Nigéria? Por que o patrimônio da humanidade não pode estar na Tunísia? Por que o patrimônio da humanidade não pode estar no Japão? Kosovo, de repente... Tem que estar em Londres, em Paris? Na verdade, esses países foram grandes centros coloniais e imperiais. Eles foram grandes impérios. Os seus acervos são produtos de uma pilhagem histórica. Como aqui [no Brasil] muitos acervos também têm a ver com a pilhagem que os brancos fizeram sobre os negros, sobre os índios etc. Ao discutir patrimônio, precisamos discutir isso. O gesto de patrimonializar: é um gesto, muitas vezes, de enorme violência e que tem a ver com a legitimação do próprio domínio, da própria conquista, do próprio poder.

I.C.: Eu poderia também falar do domínio do saber científico sobre a vida...

D.M.: Sim...

I.C.: Do domínio do saber científico... E, nessa perspectiva, na sua opinião, qual seria o lugar do historiador? Quais os desafios que o historiador tem diante desses paradoxos e dessas complexidades que envolvem [o patrimônio]?

D.M.: Quando eu escrevi esse texto [“A melancolia dos objetos”], eu achei que estava fazendo o papel que o historiador tem de fazer diante do patrimônio: questionar essa invisibilidade das operações e das implicações políticas que estão presentes na constituição do que é o patrimônio. O historiador, antes de mais nada, tem de historicizar. Essa é a nossa principal tarefa. A gente não pode tomar nenhuma operação como inocente. Nenhuma operação humana é inocente. Toda operação humana, independentemente de posição social ou política, envolve interesses, envolve conflitos, envolve negociações, envolve desejos, envolve afetos, e o historiador deve sempre se perguntar sobre essas questões. A tarefa do

⁹ No site do Natural History Museum (<https://www.nhm.ac.uk/>) há numerosas informações sobre sua história institucional.

¹⁰ Para mais informações sobre o Muséum National d’Histoire Naturelle, ver: <https://www.mnhn.fr/en>.

historiador é desnaturalizar as coisas. Nada é natural. As coisas foram um produto de um processo histórico. Há sempre um processo histórico e, portanto, há sempre interesses, conflito de interesses, alianças. Há sempre em jogo valores, há sempre em jogo ideias, há sempre em jogo imaginários, afetos, desejos... O patrimônio tende a ser naturalizado. Há uma tendência de cultuar o patrimônio. O patrimônio tem uma tendência de ser uma coisa sacralizada, cultuada, e o culto e a sacralização são opostos ao espírito crítico, opostos ao senso crítico, que é o que o historiador deve ter. O historiador não deve olhar para o monumento adorando-o ou cultuando-o, mas desconfiando dele. O historiador olha para o monumento e já tenta ver que operações, práticas e relações constituíram aquele monumento. O monumento não está ali de graça. O monumento foi idealizado por alguém, foi de interesse de alguém, ou foi do desinteresse de alguém. Houve conflitos para a instalação dele, houve disputas, houve uma narrativa que legitimou e há uma narrativa que, inclusive, muitas vezes, está presente na própria arquitetura do monumento, que está presente na estética dele. A escolha para o monumento ter tal ou tal forma não é uma escolha inocente. Trata-se de uma escolha que tem a ver com valores, que tem a ver com estética. A estética está longe de ser uma coisa ornamental. Muitas vezes os nossos colegas pensam que escrever bem, por exemplo, é uma coisa ornamental. Não é. Na historiografia, o sucesso de um texto, o seu impacto e efeito, tem a ver, inclusive, com a estética dele. Portanto, a estética nada tem de ornamental, a estética é completamente política. A escolha de uma determinada forma não é inocente. Ela tem a ver com valores, ideologias, formas de pensar, com interesses variados. Que tipo de mensagem você quer passar? Que tipo de impacto você quer fazer? Os monumentos são para produzir, entre outras coisas, afetos. Os monumentos emocionam, mobilizam as pessoas, independentemente da narrativa. Um bom monumento é aquele que fala sem precisar que se leia a sua justificativa ou a sua descrição. Um bom monumento é aquele que impacta, que seduz, que fala ao desejo, aos afetos, às emoções das pessoas.

I.C.: Sem precisar racionalizar, sem precisar de uma justificativa...

D.M.: Exatamente. Terão justificativas racionais. Inclusive tais justificativas, muitas vezes, serão dadas *a posteriori*, muito tempo depois. Essas racionalizações vão mudar, mas o monumento produz efeitos, produz afetos ou produz absoluta indiferença. Muitos monumentos produzem a indiferença, a população nem sequer sabe o que é. Quer dizer, tem aquela criatura que está no meio da praça e ninguém sabe nem o nome. Os pombos fazem “as coisas” na cabeça e as pessoas não estão nem aí... as pessoas decapitam os monumentos, picham os monumentos. Por quê? Porque os monumentos não têm sentido para aquelas pessoas. Porque eles não têm significado. O vandalismo, muitas vezes, tem a ver com o fato de que o monumento não diz nada para aquelas pessoas.

I.C.: Ou diz outra coisa...

D.M.: Ou diz de outra forma... Ou é agressivo... Ou a pessoa considera que aquilo é uma intervenção indevida, que não deveria estar ali, que é uma invasão do seu território, que é uma coisa que atrapalha de alguma forma a sua própria existência. A gente tem de lembrar que, muitas vezes, os monumentos são construídos como imposições de determinados grupos. Invade-se uma determinada área onde a população fazia outras práticas – e invade-se porque se decidiu que ali iria se fazer um monumento – e isso pode gerar uma rejeição das pessoas em relação ao monumento. Nós temos no Brasil, por exemplo, uma dificuldade de construção de uma identidade do público, de uma visão do público. Nós temos muita dificuldade de ter uma identificação com as construções públicas. Por quê? Porque nós somos uma sociedade que tem dificuldade de produzir essa ideia do público, essa ideia de

que o público nos pertence. No Brasil, o público não é algo que pertence a todos, mas, ao contrário, o público é algo que não pertence a ninguém. E, como não é de ninguém, você pode fazer qualquer coisa com ele. Mas eu acho que isso tem muito a ver com o fato de que o público no Brasil, normalmente, é uma imposição de alguma coisa que nunca foi discutida com ninguém. É alguém que decide construir uma determinada coisa sem negociar com ninguém, sem perguntar a ninguém. Portanto, as pessoas não acham que aquilo faça parte da sua vida e da sua existência.

I.C.: E isso é extensivo aos próprios museus?

D.M.: Aos museus, aos colégios, às praças. Por exemplo, uma coisa é você ver uma praça ser construída a partir da reivindicação dos moradores. Os moradores querem aquela praça e eles vão tomar conta dela. Outra coisa é uma praça que é construída sem ninguém ser consultado; inclusive sobre a forma que ela vai ter, fazendo um desenho que dificulta a circulação das pessoas...

I.C.: Que é concebida em gabinetes...

D.M.: Exatamente!

I.C.: Na maior parte das vezes, essa crítica da historiografia, ou do historiador, que poderia contribuir para as apropriações públicas de museus ou do patrimônio, não ocorre. O senhor acha que isso também depende de uma nova perspectiva sobre o trabalho historiográfico, sobre o campo de trabalho do historiador, ou seja, sobre a necessidade de ele dialogar ou buscar problematizar com outras áreas de conhecimento? O patrimônio tem algumas áreas de conhecimento muito bem consolidadas. Em que medida o historiador pode se inscrever nesse campo? Porque a crítica quase nunca é bem-aceita.

D.M.: O grande drama dos nossos cursos de bacharelado é que... De certa forma, quando você pensa o “historiador no Brasil”, pensa que a maior parte dos estudantes vai fazer licenciatura em História para ser professor. Há uma associação entre História e ensinar História ou, então, escrever História. Dificilmente os alunos pensam o curso de História para intervir em áreas como a do patrimônio, como a do museu etc. Há uma dificuldade, mesmo no curso de bacharelado, com disciplinas que tentam profissionalizar os historiadores para essa área. Os historiadores têm dificuldade de pensar em serem profissionais que vão trabalhar nessas áreas e que vão exercer justamente esse papel chato. O historiador, nessas instituições, é um chato: ele vai estar o tempo todo problematizando as narrativas fáceis, as narrativas mitificadoras, as narrativas que não levam em conta a história, os conflitos, os interesses que constituíram aquele espaço. Por exemplo, se você tem uma casa que tem toda uma história e que agora vai ser patrimonializada, possivelmente há muita gente ligada àquela casa que não tem interesse que certas camadas de memória aflorem e façam parte da narrativa da patrimonialização da casa. Quer dizer, você quer, literalmente, que algumas partes da história da casa sejam enterradas no sótão, que elas não apareçam. E o historiador é a pessoa chata que vai lá e tenta desencavar, fazer uma arqueologia daquilo. Fazer uma arqueologia é ver todas as camadas de tempo, memória e relações sociais que constituíram aquele prédio. Um prédio é um espaço. O espaço, a forma, é a cristalização de um processo. Isso é só a cristalização de um processo anterior. O arquiteto, que quase sempre é um técnico chamado para atuar no patrimônio, tende, simplesmente, a avaliar as formas, datar as formas, mas dificilmente se pergunta pelos conflitos em torno da forma a ser adotada. As formas também não são gratuitas. Escolher uma dada forma para um prédio, para uma sala, tem a ver com conflitos, inclusive conflitos de concepção

arquitetônica, de concepção estética, que tem a ver com ideologias, formas de ver, lutas e ideologias políticas. Você pode dar uma forma fascistoide a um prédio. O Brasil está cheio de prédios construídos durante a ditadura militar que são claramente fascistoides, como os prédios do Governo Vargas. Existem vários prédios do Estado Novo que são fascistoides. Eles têm a ver com uma dada concepção política. As formas arquitetônicas não estão fora disso. Os espaços são produtos de processos, e o historiador é aquele que vai descongelar a forma, fazê-la novamente fluir no tempo, observar essa forma fluindo para trás. É como se a gente fizesse aquele famoso filme de uma implosão: você implode e depois mostra o prédio voltando à situação anterior à implosão. O historiador é alguém que faz esse processo. A forma é uma cristalização de conflitos, de embates. A construção de um simples prédio não é uma coisa fácil.

I.C.: O senhor falou que a gente tem pouca reflexão sobre essas áreas de formação e, no caso, sobre a inserção do trabalho do historiador nesses campos. Isso nos remeteria aos processos de formação profissionais. Eu aproveito e faço outra pergunta: o senhor, quando foi presidente da ANPUH [Associação Nacional de História], acompanhou o Projeto de Lei (PL) proposto pelo senador Paulo Paim a respeito do reconhecimento de nossa profissão. Pelo que eu lembro, é de 2005 o PL. Na sua opinião, como poderíamos explicar as recusas, as demoras, as dificuldades de termos o reconhecimento da profissão de historiador no Brasil?

D.M.: Nós somos a única grande área de formação nas Ciências Humanas que ainda não é reconhecida como profissão. Acho que isso diz muito do caráter perigoso da nossa profissão. As nossas elites não gostam da História. Elas são, por natureza, negacionistas, como a gente está vendo nesse governo. Por quê? Porque as nossas elites sabem de todos os crimes que fizeram ao longo da história desse país e, portanto, elas não querem saber da história porque a verdadeira história do Brasil, como dizia José Honório Rodrigues, é uma história violenta, uma história cruenta, de genocídios e massacres humanos sucessivos, a começar pelos massacres dos índios, depois o massacre sobre os corpos africanos, os corpos negros, o massacre dos camponeses, o massacre dos trabalhadores. Esse é um país de massacres sucessivos. As grandes obras, os grandes monumentos desse país, custaram muitas vidas e muito sangue. Sobre a ponte Rio-Niterói ainda está por se contar a história das pessoas que morreram para que essa ponte fosse construída. O número de pessoas que morreram na construção de Brasília nunca foi contado. As narrativas são sempre ufanistas e encobrem toda a dor e a miséria. As pessoas acabaram de construir Brasília e foram jogadas para o núcleo Bandeirantes. Os construtores de Brasília, os trabalhadores que construíram Brasília, foram jogados para o meio do mato. Lá, no núcleo Bandeirantes, onde vivem até hoje. O núcleo Bandeirantes tornou-se uma parte da cidade. Mas, inicialmente, eles foram jogados para fora da cidade. Toda a violência da exploração das minas nesse país, toda a violência da construção das barragens. Quantas pessoas foram desterritorializadas, perderam tudo o que tinham para a construção das barragens? O morticínio que as secas no Nordeste significaram... Os milhares de pessoas que tombavam a cada seca e que não fazem parte da história do país... As nossas elites não gostam que se conte essa história. Se você contar a história brasileira você chega a esta conclusão: grande parte das fortunas do Brasil não são bem conquistadas. Nós sabemos. Se você for fazer a história das grandes fortunas no Brasil, quase sempre você vai chegar a processos, no mínimo, suspeitos. Grande parte da propriedade da terra no Brasil é produto de grilagem, invasão, tanto do solo rural quanto do solo urbano. Se você for abordar, por exemplo, os grandes proprietários de Brasília... Brasília é uma cidade que, em grande parte, é de ocupação ilegal e de grilagem de terras públicas. Se você for contar a história de Alagoas, você tem 12 famílias que controlam 80% das terras do estado. Como isso foi possível? Isso foi possível com a invasão ilegal, com a grilagem, com a jagunçagem, com o assassinato das pessoas. Então, essa elite não gosta

da História. Ela está morrendo de medo da História. Eles não querem saber de historiador. Como regulamentar uma profissão dessa?

I.C.: Não querem saber do passado...

D.M.: Não querem saber do passado! Até porque a narrativa nacional é a de um país do futuro. Essa ideia do país do futuro encobre o passado. É sempre em nome do futuro. A gente não olha para o passado. “Isso é coisa passada, não olha para o passado, já foi, a questão é o futuro, vamos olhar para o futuro”. Só que, à medida que a gente não olha para o passado, e à medida que a gente não expõe toda essa podridão do nosso passado, esse passado volta periodicamente. Periodicamente, o nosso futuro é a volta do passado. É a volta desse passado gangrenado, do qual não fez a assepsia. Então, ele volta e estoura novamente. A gente vive de retornos periódicos do passado, de uma outra forma. Não retorna do mesmo jeito: retorna de uma outra forma, mas retorna. A gente tem ditaduras sobre as quais nada se fala... que nunca se assume. Anistiamos torturadores... É o único país do mundo que fez isso. Nenhum país do mundo anistiou torturadores. O Brasil anistiou torturadores e, por isso, qual é a surpresa que tenhamos, posteriormente, um presidente da República, eleito pela população, que elogia um torturador? Não é nenhuma surpresa! Se o país, juridicamente, legalmente, pelo Supremo Tribunal Federal, anistiou os torturadores, qual é a surpresa que a população anistie o torturador e vote em um admirador da tortura e que o país continue praticando a tortura? Nós somos o país da tortura! Toda delegacia de polícia tortura, todo presídio do Brasil tortura... Nós somos tão *experts* em tortura que, à época das ditaduras no Cone Sul, alguns brasileiros foram dar aula de tortura no exterior. Quer dizer, nós inventamos, *made in Brazil*, instrumentos de tortura, tais como o pau de arara. Ele é uma invenção, uma tecnologia *made in Brazil*. A história desse país é muito pesada.

I.C.: Seria uma forma de não reconhecer a profissão, de obstaculizá-la. Porque acho que o historiador, em outros países, não consegue conter situações como essa...

D.M.: É o Estado reconhecendo que a História é um saber legítimo, do ponto de vista do Estado. Veja a grande contradição: quando eu fui ao Congresso discutir, procurei mostrar para os parlamentares a absoluta contradição que era o Estado, através do Ministério da Educação, criar cursos de História no país inteiro, distribuir diplomas de História para todo mundo e, depois, o Estado não reconhecer isso como profissão. Isso é uma absoluta contradição! Como o Estado cria e paga esses cursos – porque grande parte dos cursos de História são federais ou estaduais –, as pessoas fazem os cursos e, depois, não os reconhece? Você faz o curso de História e, depois, deixa que um professor de Geografia, Educação Física, de qualquer profissão, possa ensinar História? É uma contradição absoluta! Isso só se explica por questões políticas. A profissão de sociólogo foi reconhecida quando? Quando Fernando Henrique Cardoso foi presidente. Então, claro que esse reconhecimento de profissão é uma coisa política. A profissão de arquivista é reconhecida, a de museólogo é reconhecida, a de geógrafo é reconhecida, a de economista é reconhecida, a de sociólogo é reconhecida. A profissão de *motoboy* é reconhecida, a de peão de boiadeiro é reconhecida.

I.C.: E a profissão de historiador não é.

D.M.: E a profissão de historiador não é. Há algum motivo. Só falta a votação final do projeto no Senado. Estava na mão da senadora Fátima Bezerra antes de ela se tornar governadora do Rio Grande do Norte. Eu conversei com ela mais de uma vez e ela dizia: “Durval, eu não coloco em votação porque eu tenho medo de ser reprovado e a gente perder

todo o processo, ter de começar tudo de novo”. Porque o projeto já foi aprovado no Senado, uma vez, em todas as instâncias. Foi para a Câmara. A Câmara era o cemitério de todos os nossos processos. Quando o Paulo Paim conversou com o pessoal do Rio Grande do Sul e pensou no projeto, ele perguntou se não era interessante começar pela Câmara. Na verdade, começar pelo Senado foi uma coisa estratégica porque a Câmara enterrava todos os processos quando chegava numa bendita Comissão de Administração, Serviço Público e não sei o quê, de onde não passava. Isso era o cemitério dos projetos de regulamentação da profissão. Quando o projeto chegou à Câmara, vários profissionais de algumas áreas começaram a dizer que a gente estava invadindo a área deles. O pessoal da História da Educação dizia que não estava contemplado. O pessoal da História da Arte dizia o mesmo. Eles não queriam ser historiadores. Aí a Câmara teve de negociar isso depois de um trabalho longo. À época, já estava o Rodrigo Patto Sá Motta na presidência da ANPUH. Ele fez um trabalho para que fosse criada uma emenda ao projeto para deixá-lo mais claro quanto ao que iria abranger como historiador e também uma emenda deixando mais claro que se poderia tornar historiador mesmo não tendo feito o curso de História, desde que o profissional fosse considerado de notório saber na área; porque existem muitos diplomatas, muitos advogados que fazem História...

I.C.: E todo mundo se sente preparado para fazer História...

D.M.: Todo mundo. Você conta história? Como a gente aprende a contar história desde cedo, então é uma coisa “natural”. Todo mundo é historiador... Então, como houve essa emenda, teve que voltar para o Senado.

I.C.: E está parado?

D.M.: Passou pela Comissão de Constituição e Justiça – de novo – no Senado. Passou pela Comissão de Educação também no Senado e, agora, está pronto para ir ao Plenário e ter a última votação.

I.C.: Essa é a última instância?

D.M.: É a última instância.

I.C.: Só que a conjuntura não está muito boa...

D.M.: Além disso, Fátima Bezerra me disse, à época do governo de Michel Temer, que, se houvesse aprovação no Senado, ela tinha dúvidas se o presidente iria sancionar. Agora a gente tem de ter mais dúvida ainda. Acho que a gente nem tem de ter dúvidas: tem de ter certeza de que o presidente não sancionará. Então, o período legislativo acabou, o processo deve ter sido arquivado. Eu inclusive falei com a Joana Maria Pedro, porque o trabalho que a ANPUH precisa fazer agora é, imediatamente, acionar algum parlamentar para pedir o desengavetamento do projeto, para voltar durante essa legislatura, para estar em algum momento disponível. Porque, se passar essa legislatura e o projeto não for desarquivado, ele ficará arquivado definitivamente. Tem de começar tudo de novo. É um trabalho agora urgente. É preciso que algum parlamentar peça o desarquivamento do projeto porque, quando termina uma legislatura, todos os projetos, obrigatoriamente, são arquivados. Na legislatura seguinte, alguém tem de pedir para o projeto ser desarquivado, senão ele morre.

I.C.: Vai ter de começar todo o processo...

D.M.: Eu acho que o próprio Paulo Paim, que continua senador, que felizmente foi reeleito, pedirá o desarquivamento do projeto.

I.C.: Pensando um pouco no que o senhor tocou, vivemos numa época de negacionismos. Então, vamos pensar um pouco no jovem que se licencia em História. Como o senhor está vendo esses desafios da prática de ensino em História numa era por muitos denominada como pós-verdade? Que desafios esse jovem tem? E, mais importante, o que, na sua opinião, poderia nutrir algumas alternativas? Porque esses jovens vão chegar a salas de aula em que a História ensinada perde para o que o avô e o pai dizem que não existiu. Que motivação possui esse jovem? Que caminhos esse jovem pode ter?

D.M.: Eu mesmo fui uma das pessoas que encamparam uma longa luta para que a dimensão artística da História fosse readmitida e não se pensasse só a História na sua dimensão científica. Mas eis que agora é urgente que a gente enfatize a dimensão científica da História. Eu, que discuti tanto a relatividade da ideia de verdade em História... É estratégico pensar que a verdade, mesmo como produção, como construção, é uma coisa fundamental no nosso campo, senão você entra no vale-tudo. Existe uma confusão entre real e realidade. A realidade são as leituras do real, mas o real é alguma coisa contra a qual a gente nada pode. O real efetivamente existe. O terremoto existe, não adianta que eu leia o terremoto de modo diferente ou não: ele existe. Ele mata. Existe o real e existe a realidade (que é uma leitura do real). E, nesse sentido, há leituras diversas. Qual o problema do negacionismo? É que o negacionismo não nega as interpretações do passado, o negacionismo nega o próprio passado. O negacionismo nega os eventos. O negacionismo não nega as leituras dos eventos, o negacionismo não nega leituras diversas do holocausto, o negacionismo nega o próprio holocausto: diz que o holocausto não existiu. Isso nós não podemos admitir.

I.C.: A mesma coisa com a ditadura...

D.M.: Exatamente. Nós podemos até admitir que os torturadores leiam 1964 de forma diferente. Agora, dizer que 1964 não existiu? Isso não é possível. Fazer como a mãe que vestiu o filho de escravo lá em Natal para o *halloween* e, quando questionada, disse que a escravidão não existiu? Uma instituição que durou 400 anos no país e você negar a existência da escravidão? Isso é uma coisa absurda, não é? É a mesma coisa dos terraplanistas: negar todas as evidências de que a Terra é redonda, os milhares de evidências de que a Terra é redonda? Qualquer pessoa que sobrevoar a Terra sabe que a Terra é redonda. Pelo menos isso o ministro de Ciência e Tecnologia sabe. É vantajoso porque ele é astronauta. Então sabe, pelo menos, que a Terra é redonda. Ele não pode dizer que a Terra é plana porque a sobrevoou e viu que é redonda. É um absurdo isso... Negar a ciência, fazer como o ministro da Saúde, que nega a existência das doenças, que diz que é ideológico. Como é que a Fiocruz [Fundação Oswaldo Cruz] pode fazer ciência ideológica? A Fiocruz está lidando com vírus, bactérias, com coisas que não têm nada de ideológico. Como que uma vacina é ideológica? É uma extrapolação do conceito de ideologia para coisas absolutamente insustentáveis. A nossa área pode lidar com a noção de ideologia, mas você dizer que o aquecimento global é ideológico? Existem centenas de estudos que mostram que o aquecimento global está acontecendo. É real. Ele é o real, a gente pode lê-lo de diferentes formas, mas ele é real. As calotas polares estão se reduzindo, as temperaturas mundiais estão subindo, os eventos extremos na natureza estão aumentando, basta ver a quantidade de furacões e tufões no oeste da Ásia, no Caribe. Você negar isso é extremamente grave. No nosso campo, uma coisa é você desconhecer que a verdade em História é uma coisa negociada e discutida a partir de regras que são estabelecidas pelos próprios pares. Que são regras institucionais e que exigem, por exemplo, que o discurso do historiador tenha de ser baseado em documentos,

indícios, sinais etc. O discurso da historiografia não pode ser um discurso do “eu acho”, “eu quero”, “eu digo”, “eu penso”. Quando você vê qualquer afirmação histórica na internet, a primeira pergunta que um historiador tem de fazer: “sim, mas está apoiado em quê?”, “Isso que você está dizendo está apoiado em que documentação, em quais indícios, em quais eventos?”. São perguntas que temos de nos fazer.

I.C.: Na sala de aula, principalmente...

D.M.: Sim.

I.C.: Uma das possibilidades: mais fontes... trabalhar com fontes, com vestígios...

D.M.: Porque a própria internet... o meio digital você fabrica!

I.C.: Claro.

D.M.: Você falseia. Você produz esse evento. O que não significa que, na História, os documentos não sejam falseados, inventados. Isso não é de hoje. A mais antiga técnica de crítica documental foi desenvolvida por Lorenzo Valla, que afirmou que a Doação de Constantino era uma falsificação. Era um documento forjado muito tempo depois. Com os instrumentos de erudição que ele desenvolveu ele vai lá e diz: “A letra não era essa, o papel não era esse, a escrita do latim não era essa. Esse documento não pode ter sido escrito à época de Constantino porque ele tem todos os indícios de ser uma coisa feita posteriormente”. Todos os chamados eruditos, os antiquários, são os nossos antepassados. Na produção daquilo que os metódicos vão chamar de método crítico, método heurístico do documento. Como que a ciência da História é construída no século XIX? Por meio da crítica documental. Então, isso é o solo da nossa profissão, isso não é uma coisa ultrapassada. Foi uma conquista dos metódicos que nunca foi ultrapassada. O trabalho do historiador se apoia em fontes. Essa é a primeira regra. Regra que nenhum historiador pode violar: o nosso trabalho parte de fontes. O que mudou foi o conceito de fonte. Fonte, hoje, não precisa ser apenas o documento oficial, do Estado. Fonte pode ser qualquer coisa que o historiador diz que é fonte, porque todas as coisas trazem marcas temporais.

I.C.: Agora, tem de ser cruzado...

D.M.: Exatamente, tem de ser submetido à crítica, tem de ser historicizado e tem de ser checado. Tem de ser colocado diante de outras versões. Tem de ser cotejado com outros documentos e outras versões. É uma obrigação nossa. A fala do historiador é dele. Não me venha com essa história de que é a fala do outro. Não é a fala do outro, é sempre a nossa fala. Mas é a nossa fala mediante a escuta da fala dos outros. Nós temos de escutar e cruzar as falas dos outros para constituir a nossa fala. A nossa fala nasce da crítica da escuta da fala dos outros. Por que, muitas vezes, eu faço uma crítica a uma certa História Oral? Porque havia, em uma certa História Oral, essa mitificação da voz do outro: não era a voz do historiador, era a voz autêntica do outro. Não é verdade. A História Oral é a voz do historiador que, simplesmente, usa o método da História Oral para produzir a fonte. A História Oral é a produção da fonte. A partir daí, todas as operações clássicas do historiador começam. E [essas operações] incidem sobre o depoimento. Inclusive o depoimento é uma versão: uma versão interessada e contextualizada, que é produzida por causa da presença do historiador. A pessoa fala o que acha que você quer ouvir; ou que ele fica pensando uma, duas noites... “Como eu quero fazer parte da História? Como quero aparecer na História?”. Ele vai dizer as coisas que quer. Ele vai fabricar um sujeito, vai fabricar uma

memória. A gente tem de checar, com outras memórias, com outros documentos escritos, e fazer a nossa análise.

I.C.: Nós estamos conversando acerca das dificuldades que estamos encontrando hoje: certas recusas do conhecimento histórico. Isso também não estaria ligado a uma história da nossa própria profissão que, em determinados momentos, chegou ao ponto de negar o documento, de negar a fonte em favor de uma teoria? O ensino pautado muito mais naquelas verdades fechadas, estabilizadas nos livros didáticos, na verdade pronta? Isso seria uma oportunidade de nós revermos a profissão em sua integralidade, de estressar, de questionar, de nos abrir para essas diferentes perspectivas, tanto nos museus como nas salas de aula?

D.M.: Eu sempre fico muito perplexo com o fato de os professores, muitas vezes, não perceberem que a História está à sua frente. Ensinar História não precisa de nada, de outro material, a não ser os próprios alunos que estão na sua frente. Os alunos são a encarnação da História. Todos os alunos têm uma história pessoal que faz parte de uma História Social, que faz parte de uma História Cultural, que faz parte de uma História Política, que faz parte de uma História Econômica. A gente pode, só a partir da história dos alunos, começar um bom curso de História. Eles podem trazer documentos que documentem a sua própria vida. Eles têm documentos mínimos que documentam a sua própria vida. É claro que a gente sabe que a maioria dos nossos colegas está submetida a cargas horárias imensas, a mais de um emprego, o que faz, de certa forma, que a criatividade no ensino seja baixa. Os professores, rapidamente, caem na rotina, no uso dos recursos que são mais fáceis. Então, é muito mais fácil usar o livro didático, é muito mais fácil reproduzir o livro didático, é muito mais fácil copiar o livro didático na lousa ou mandar os alunos completarem as lacunas. Porque você não tem muito tempo para planejar, experimentar, criar. O grande dilema para mim, hoje, é como iremos motivar um aluno da graduação de História para ele terminar o curso que escolheu? Em um país como esse, em que a História vem sendo atacada, em que ela tem um valor tão pequeno, como eu vou convencer um aluno a passar, com muita dificuldade, quatro anos em uma universidade? Os alunos vão ter muitas dificuldades para ficar nas universidades... Quase não há mais recursos para assistência estudantil. Houve uma queda brutal na concorrência no Enem [Exame Nacional do Ensino Médio] este ano [2019]. Isso mostra que muita gente das camadas populares, que estava procurando a universidade, não vai mais procurar porque não tem como se manter. Eu estive, recentemente, na UFRN [Universidade Federal do Rio Grande do Norte], onde dei aulas nos últimos 15 anos, e o Setor 2, que é um setor da História e das Ciências Humanas, virou um grande mercado. Os alunos todos levam coisas de casa para vender para os seus próprios colegas para tentar continuar e se manter na Universidade. Isso é uma coisa muito triste. O número de bolsas caiu assustadoramente. Era o que mantinha esses alunos na universidade. Então, como eu vou convencer um aluno a fazer enormes sacrifícios para passar quatro anos fazendo um curso de História? Qual é o horizonte, a perspectiva em termos profissionais, em termos de valorização social? É muito duro fazer um curso que não tem valorização social. Por exemplo, quantos alunos eu já tive que brigaram os quatro anos com seus próprios pais para continuar fazendo o curso de História? Que passaram os quatro anos, muitas vezes, tendo crises depressivas porque os pais desvalorizavam o curso que faziam? Porque os pais não perdiam a oportunidade de desqualificar o curso que o próprio filho fazia... Que o filho tinha que brigar, lutar com os próprios pais – o que não é fácil – para terminar o curso... Como vou convencer uma pessoa dessa a continuar? A chegar ao final de quatro anos? Eu que costumo dar as disciplinas iniciais, que sempre me coloquei essa tarefa de motivar os alunos a ficar no curso... É cada vez mais difícil você fazer isso.

I.C.: E o senhor acha que um dos efeitos que podemos vislumbrar seria essa falta de identificação que temos na universidade de não se ver na profissão? Por exemplo, na educação básica, muitas vezes, os professores enfrentam a falta de espaços reais de compartilhamento. Seria um desafio também nos vermos coletivamente como historiadores?

D.M.: Na UFRN sempre tivemos essa consciência: o cuidado de selecionar a dedo os professores do primeiro período. Porque esse primeiro contato é decisivo para você conseguir manter os alunos [no curso]. Como vocês sabem, o Enem tem primeira, segunda, terceira chamada. Muitas vezes os alunos da segunda, terceira chamada são os que não escolheram História como primeira opção. Fizeram outro curso, não conseguiram entrar na primeira opção e entram em História. Seduzir esses alunos para permanecerem no curso é uma tarefa muito importante. Claro que, quando a gente tinha mais coisa para oferecer, essa sedução podia ser maior. Porque, muitas vezes, a própria universidade seduz o aluno: estar na universidade é mais interessante do que o que vem depois. Por exemplo, qual é o grande valor do Pibid [Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência]? É que o Pibid permite que os alunos tenham, desde o começo, uma experiência de sala de aula, que eles saibam o que é sala de aula, a sala de aula do setor público, onde a maioria vai trabalhar. A maioria das pessoas que se formam em licenciatura em História vai ser professor de escola pública. As escolas privadas são poucas e oferecem pouca carga horária para História. Com a precarização da legislação trabalhista, você sabe que hoje as escolas privadas contratam os professores por no máximo 8 meses? Um professor não fica mais um ano inteiro na escola. Não tem mais aquela história de assinar a carteira e, no final do ano, receber férias, décimo terceiro... A maioria, agora, é contratada exclusivamente pelo período de funcionamento da escola ou do cursinho. Os professores têm oito meses [de salário] e têm de passar quatro meses se virando. O colégio que é direcionado ao Enem praticamente acaba em novembro, quando o Enem é realizado. Então, você tem de atravessar esses meses sem trabalho. Os mais famosos, os que têm mais nome, inventam um curso privado/próprio, nesse intervalo, para preparar para o próximo Enem. Ganham dinheiro com essa história. As escolas privadas não são promessas para ninguém. Não vou conseguir seduzir ninguém para ficar num curso de História para ser professor de escola privada. Quando as universidades e os institutos federais estavam todos promovendo concursos, tinha a pós-graduação em expansão, tinha a pós-graduação como horizonte, era muito mais fácil convencer. Agora, vai ser uma travessia dura para a gente convencer um aluno que dificilmente vai conseguir fazer uma pós-graduação, porque se a gente mantiver as bolsas já é muito. As bolsas vão minguar, muitos não vão poder continuar fazendo a pós, porque sem bolsa não faz. Não tem emprego, não tem concurso nas universidades e institutos federais. Rezar para que alguns estados e municípios realizem concursos. Muitos estados estão falidos, muitos municípios estão falidos, não vão fazer concurso. Eu costumo ser um professor muito sincero com meus alunos no primeiro período, porque eu acho que ninguém merece passar quatro anos numa universidade para descobrir depois que errou na escolha. Eu costumo ter conversas muito sinceras com meus alunos no sentido do que os espera... no sentido do que a História como profissão pode ser. Eu mostro para eles todos os encantos que é [a História]. Para mim, é um encanto estudar História, escrever História, ensinar História, ser professor. Para mim, ela é a profissão mais generosa que pode existir, porque nós estamos lidando com pessoas, com a vida das pessoas, e a gente pode mudar vidas. Podemos citar centenas de depoimentos de pessoas que tiveram a vida modificada por um professor. O professor modificou a sua vida. Todos os grandes intelectuais vão dizer que tiveram uma pessoa decisiva na vida deles. Muitas vezes, o curso mostra para eles como a nossa profissão nos oferece o máximo de possibilidades de viver dignamente como classe média, ou classe média baixa. A nossa profissão permite muitas outras formas de remuneração. É uma profissão muito rica do ponto de vista subjetivo: a História nos permite estar o tempo todo nos revendo,

inclusive como pessoa. A História é terapêutica. Por isso, eu acho que a proximidade entre História, Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise é uma coisa óbvia. Em História, a gente está o tempo todo refazendo a nós mesmos. Estamos o tempo todo repensando a nós mesmos, não apenas enquanto ser individual, mas enquanto ser coletivo. A História permite uma vida muito rica do ponto de vista de você ter instrumentos de análise do que se passa à sua volta. Uma pessoa instrumentalizada com a História é muito menos alienada. Todo mundo tem um grau de alienação, senão nem suporta o mundo, nem a vida. Todos nós temos de nos alienar... e agora estamos nos alienando propositadamente... Tem dia que a gente decide que não vai ler o jornal, nem ouvir nada. Eu não assisto televisão há muito tempo. Eu não escuto a Rede Globo há muito tempo porque não quero me intoxicar todos os dias, não quero me empolar, não quero ter problema de fígado. Assim você se aliena. Eu prefiro ligar a Netflix e assistir a um filme.

I.C.: Mas é intencional? É uma escolha, não é?

D.M.: É uma escolha que vai me alimentar subjetivamente. Vai fazer com que eu tenha vontade de viver, mesmo dentro dessa situação e dentro desse clima, porque senão você entra nessa coisa masoquista. Certas coisas são masoquismo. Por exemplo, as pessoas que ficam ouvindo os vídeos do presidente na internet. Por favor, eu não escuto nenhum! O que que eu espero ouvir do presidente? Eu já sei o que vem! Qual é a novidade? A novidade pode ser uma estupidez maior do que ele disse antes. O que esperar?

I.C.: Professor Durval, nós temos de pensar que o que está afetando o professor nas escolas públicas ou a profissão de maneira geral também atinge todas as profissões. Tem havido uma precarização do trabalho como um todo, e a História ainda tem essa vantagem, porque nos vemos como História...

D.M.: Nós estamos em um período crítico do ponto de vista civilizacional. Acho que vivemos uma crise da civilização ocidental. Não sei que caminhos a gente vai seguir. Vivemos um momento de impasse, porque as grandes utopias do século XIX fracassaram. O nosso horizonte utópico se reduziu enormemente e isso é uma grande perda: viver sem esperança, sem espera. Como dizia Ernst Bloch, “como é possível você viver sem esperança?”. Viver sem espera? Nos últimos anos, talvez, a nossa grande reserva de esperança foi se perdendo. O slogan “a esperança venceu o medo” tem tudo a ver. E é verdade: ultimamente, o medo venceu a esperança. De novo, estamos atolados no medo, no ressentimento, no ódio, na raiva. As pessoas estão muito mais movidas por isso do que por esperança, por utopia, por vontade. Temos, pela primeira vez no país, um governo que, literalmente, diz que é um governo de destruição e não de construção. Então, vivemos uma época de destruição. Já tivemos grandes épocas de destruição no século XX. As duas guerras mundiais foram duas grandes épocas de destruição. Nós estamos vivendo uma época de destruição diferente. Por estarem se destruindo, em grande medida, todas as conquistas que os trabalhadores tiveram desde o século XIX e não apenas no Brasil, mas no mundo todo. A gente está perdendo conquistas civilizacionais que foram duramente batalhadas.

I.C.: Políticas públicas e ambientais...

D.M.: Exatamente! Ao mesmo tempo, a gente não pode se desesperar: a resistência existe! A resistência existe em toda parte, e isso vai dar em alguma coisa, não sabemos propriamente em quê... É assustador porque estamos vivendo um momento tipicamente trágico da História. Um momento em que estamos à beira de um abismo, da falésia: você não sabe qual passo vai ser dado e para onde vamos mergulhar. Em que buraco a gente vai se meter? Podemos

tudo e até nada. Estamos vivendo um momento em que podemos, inclusive, caminhar para um conflito bélico, atômico, que poderá ser o fim da espécie. O conflito China-Estados Unidos não é brincadeira. São dois monstros em conflito. Onde ficamos nisso? Acho que a perdição desse governo que aí está é a perdição da própria população brasileira. Nós estamos meio perdidos. Esse país quase sempre se caracterizou por ter uma elite que não tem um projeto para o país. Foram curtos os períodos da História do Brasil em que havia um claro projeto. O período Vargas é um período em que existia um projeto para o Brasil, você goste ou não, autoritário ou não, mas tinha um projeto. Juscelino Kubitschek tinha um projeto. Até mesmo a ditadura tinha um projeto. Ernesto Geisel era um presidente que tinha um projeto. O governo Lula tinha um projeto para o país, o Fernando Henrique Cardoso tinha um projeto. Agora, não sabemos para onde estamos indo.

I.C.: Porque a gente não está mais discutindo projeto...

D.M.: É como se fosse uma coisa ultrapassada...

I.C.: Parece que a eleição não faz parte do debate democrático sobre os destinos da sociedade.

D.M.: Nós elegemos um candidato que nem sequer compareceu a um debate. Como a gente pode estar falando de discussão de projeto? Não se discutiu nada, se votou no escuro, se votou numa fachada, num mito, numa entidade.

I.C.: O senhor, desde 2010, está desenvolvendo uma investigação sobre saudade e saudosismo no Brasil e em Portugal, entre o fim do século XIX e meados do século XX. Em que medida a sua investigação contribui ou pode contribuir para problematizarmos o tempo presente numa perspectiva historiográfica?

D.M.: A História só tem sentido se falar ao presente. É uma visão completamente equivocada de que a gente escreve História ou ensina História para o passado. O passado é um pretexto. É um texto prévio para a gente discutir o nosso tempo. A História, tanto ensinada quanto escrita, tem essa finalidade. Um professor, na sala de aula de História, não está ali para discutir o passado. É uma visão completamente equivocada de quem entra numa sala de aula de História para discutir o passado ou para ministrar um conteúdo. A função do professor não é simplesmente repassar um conteúdo. Os conteúdos têm de ser um ponto de partida para a discussão de uma agenda do presente. O professor de História tem de saber, quando falar do Egito, como o Egito antigo pode servir de pretexto para a discussão de alguma coisa do nosso próprio tempo. Quando você vai dar aula de Revolução Francesa, como a Revolução Francesa pode nos ajudar a discutir liberdade? A noção de liberdade ou a noção de revolução... Os acontecimentos históricos são pretextos, textos prévios, a partir dos quais eu leio o meu presente. Ou seja, o passado existe e é trabalhado para que a gente entenda o que é o presente. O presente é uma alteridade em relação ao passado. Então, a gente só consegue desenhar as bordas do presente a partir do passado. É o passado que nos ajuda a saber o que é a nossa atualidade. O que é, especificamente, o nosso tempo, porque em nosso tempo há muitos processos que vêm de uma longa duração. Existem muitas linhas temporais. O presente é tecido por diferentes linhas temporais, algumas de longuíssima duração e outras que são específicas do nosso tempo. O papel do historiador é fazer um diagnóstico do presente.

A saudade é um sentimento que continua no presente: um sentimento constitutivo da sociedade brasileira e portuguesa, um sentimento que está presente em toda a produção estética, em toda a produção política dessas sociedades. A saudade não é uma coisa passada, a saudade continua o presente. Só que a gente precisa, para entender as nossas saudades,

entender a história da própria saudade, que nunca foi feita, que nunca os historiadores se dedicaram a fazer. Por quê? Durante muito tempo no Brasil, a historiografia brasileira não se dedicou a estudar os rituais e sentimentos, afetos que são centrais na sociedade brasileira. Durante muito tempo os historiadores tiveram preconceito em estudar o futebol, o carnaval, a saudade... São coisas absolutamente centrais na sociedade brasileira. Não há ritual que tenha mais a ver com a sociedade brasileira do que um jogo de futebol, uma partida de futebol, do que gira em torno do futebol. Está tudo lá: a corrupção, as máfias, a má gestão, o machismo, o racismo, a homofobia. Basta você ir a um campo de futebol e ele é um coquetel. Se você vai uma tarde a um campo de futebol, a sociedade brasileira se apresenta toda lá. As hierarquias sociais, as hierarquias de gênero, as hierarquias raciais. Todos os preconceitos são enunciados, são gritados ali... As torcidas organizadas, muitas delas organizadas mafiosamente, algumas, inclusive, ligadas ao crime organizado... A sociedade brasileira passa toda por ali, assim como passa pelo carnaval. O carnaval é um espetáculo grandioso, feito com dinheiro do jogo do bicho, da milícia, do tráfico de drogas, com dinheiro oficial do Estado, das grandes empresas nacionais e multinacionais, com o dinheiro da TV, dos meios de comunicação.

I.C.: E com a paixão!

D.M.: Com a criatividade, com a paixão, com a vida que as pessoas entregam durante um ano! A pessoa vive! Eu tive a experiência de desfilar numa escola de samba do Rio de Janeiro, na Beija-Flor, e sei o que a pessoa sente quando entra naquele negócio... a capacidade de organização daquilo... Quem conhece uma escola de samba por dentro não pode dizer que as camadas populares brasileiras não são capazes de organizar e de dirigir qualquer coisa. A escola de samba, faltando meia hora para entrar, toca uma sirene na avenida e ela se monta toda em 30 minutos. Em 30 minutos todas as alas são organizadas. Todo mundo sentado pelos bares bebendo e quando dá o sinal todos sabem qual é a sua ala. As alas estão completamente prontas quando chega o horário de entrar. É um verdadeiro milagre! Imaginar que o carnavalesco só vê o espetáculo que imaginou na hora... Ele imagina tudo aquilo na cabeça dele. Só existe na cabeça dele, porque ele vê tudo aos pedaços. É uma grande ópera que só acontece uma vez. E ele está sendo julgado... Não há possibilidade de repetir. Não é como no teatro, que você pode repetir. Não! Por exemplo, as alas que vêm de fora, como era o meu caso, ensaia na quarta, na quinta e na sexta-feira antes do carnaval. Temos três ensaios para aprender o que fazer. Vem gente da Dinamarca, da Itália, não sei de onde... Nem falar português sabem. Não sabem sambar. Fazer aquelas criaturas, ao menos, repetir algumas palavras, alguns refrões do samba-enredo e saber, minimamente, manter o alinhamento da ala... por mais desconjuntado que seja, tem de manter o alinhamento. Durante muito tempo não se estudaram essas coisas. Os antropólogos estudavam, mas os historiadores não estudavam. E a saudade é isso. A saudade está presente para o bem e para o mal na sociedade brasileira como um todo. Tudo na História, eu digo aos meus alunos, todos os processos históricos são ambivalentes. Não dá para ver nenhum processo histórico de um ângulo só. Todo evento histórico tem várias possibilidades de leitura. Eles valem para diferentes coisas. O carnaval é uma maravilha da sociedade brasileira: uma das coisas mais geniais e criativas. Mas tudo o que há de pior na sociedade brasileira também está presente no carnaval. O futebol é uma das melhores coisas que essa sociedade produz. Aliás, já produziu de melhor. O futebol brasileiro já foi o grande futebol do mundo. Uma seleção como a de 1982, que não ganhou nada, mas é lembrada até hoje por todo e qualquer especialista de futebol no mundo. Quem assistiu à Copa de 1970... eu ouvi a Copa de 1970 porque não tinha TV... a Copa de 1970 enlouqueceu os mexicanos e todo o mundo. No futebol brasileiro, tudo de pior da sociedade brasileira está ali, mas também tudo de maravilhoso que essa sociedade é capaz de produzir. Tem o racismo, mas também foi um dos primeiros lugares

de ascensão social dos negros no Brasil. É ambíguo. Temos clubes como o Fluminense e o São Paulo, que tinham preconceito em relação aos negros, que eram chamados de “pó de arroz”, porque os mulatos tinham de botar pó para poder jogar, assim como temos o Vasco da Gama, que foi o primeiro clube que aceitou negros (sendo um clube identificado com a colônia portuguesa). Há todos esses processos absurdamente ambíguos. A saudade é a mesma coisa. Ela pode ser reacionária, reativa, conservadora, tradicionalista, mas a saudade também pode impulsionar a criação. Quantas coisas belas se criaram na sociedade brasileira a partir da saudade? Quanta poesia, romance, cinema... quanta coisa maravilhosa no Brasil foi construída a partir da saudade? A partir da memória de algum lugar? Você tem de trabalhar com isso para entender a sociedade brasileira. O saudosismo reacionário está presente na sociedade brasileira. Nós estamos vendo a quantidade de gente que tem saudade de uma ordem social, hierárquica, estamental, que tem saudade até da escravidão. Essa reação à profissionalização das empregadas domésticas no Brasil. Nós assistimos à reação dos médicos com a entrada dos médicos negros cubanos no Brasil. É saudade de uma determinada forma de ser, de organizar a sociedade brasileira. Mas, por outro lado, a saudade de Chico, a saudade de outros grandes artistas brasileiros... são outras coisas? A saudade de Drummond, de Itapira, quanta poesia... Poesia crítica. A saudade de Drummond leva Drummond a fazer uma poesia que, à época, criticava a Vale do Rio Doce, causadora desses grandes desastres humanos e ambientais que estamos vendo. Era a saudade de Itabira, dos morros não esburacados, destruídos, que leva Drummond a fazer uma denúncia. Uma frase de um poema de Drummond, quando foi o desastre de Brumadinho, percorreu a internet, se tornou um meme que se espalhou por toda a internet. Isso tudo é ambivalente. A saudade do engenho gerou toda a literatura de José Lins do Rego. Gerou a interpretação do Brasil de Gilberto Freyre. Nela há reacionarismo: saudade de uma sociedade estamental, rural, tradicional, escravocrata etc. Mas, veja, essas pessoas foram as primeiras a reconhecer a participação do negro na sociedade brasileira, na cultura brasileira. Veja como é ambíguo...

I.C.: É bem latente a criatividade...

D.M.: É claro! Freyre elaborou um livro que foi caçoado por muita gente... um livro genial a partir de receitas de bolo. Fez uma sociologia do açúcar, a partir de receitas de bolo das famílias tradicionais pernambucanas. Graças a esse livro, hoje a gente pode comer bolo Souza Leão quando vai a Recife. É um bolo gostosíssimo que eu recomendo a vocês. Não deixe de comer o bolo Souza Leão. Era um bolo heráldico dessa família. Só essa família sabia fazer o bolo Souza Leão: é um bolo de mandioca com ovo, maravilhoso, assim como o bolo de rolo. João Cabral de Melo Neto fez uma troça dizendo em um poema que a sociologia de Freyre era uma sociologia para palitar os dentes, era uma sociologia de sobremesa, por causa desse livro, *Açúcar* (que é uma coragem do ponto de vista metodológico). Freyre é um grande criador. Um autor que teve certa liberdade porque não precisava da academia. Vivia fora da academia e não teve de obedecer aos padrões da academia. Ele fez o que queria e, portanto, ele inovava. Se você ler Braudel, vai dizer que ele aprendeu com Gilberto Freyre, que Gilberto Freyre foi um ensinamento para Braudel quando esteve no Brasil... E todo mundo incensa Braudel. Os uspianos todos se consideram herdeiros de Braudel, mas jamais vão se considerar herdeiros de Freyre. Não sei se vocês sabem: recentemente e finalmente, foram descobertos em Paris os originais do tal *Jazigos e Covas Rasas*, que era o quarto volume de *Casa-Grande e Senzala, Sobrados e Mucambos, Ordem e Progresso e Jazigos e Covas Rasas*, que Freyre sempre disse que existia, que tinha escrito... Todo mundo achava que era uma mentira dele...

I.C.: O que os originais estavam fazendo lá?

sD.M.: Naquelas viagens que Freyre fez pela Europa, deve ter emprestado ou deixado em alguma editora local para publicar e se perdeu o manuscrito. O manuscrito foi achado agora. Possivelmente vai ser publicado. A Editora Global, que publica toda a obra dele, possivelmente vai fazer um carnaval com a edição desse livro. E não é genial você pensar que o cemitério pode ser um lugar para você ler a sociedade? Você ler a sociedade a partir do cemitério? As divisões sociais estão no cemitério. Você pensar o cemitério como uma espécie de cartografia da própria ordem social? Isso não é genial? Para os anos 1940...

I.C.: São temas sensíveis que, às vezes, a História negou como tema ou como objeto histórico.

D.M.: É isso. Acho que a gente tem de pensar as emoções. Não dá para pensar a História sem as emoções. Os historiadores, durante muito tempo, reduziram a História à racionalidade e à consciência. Os homens não são só razão e consciência. Os homens são afeto, são sentimentos, são emoções, e todas as ações humanas são mediadas por sentimentos, por afetos, por emoções, por preconceitos. Não dá para fazer História só pensando que as ações humanas são racionais, que são movidas pela consciência. A história de que a História tem uma racionalidade, quem dera que tivesse...

I.C.: Que a ciência está destituída de sentimentos, assim como a política...

D.M.: Existe um filósofo francês de que eu gosto muito. É o Michel Onfray. Ele tem um conceito chamado “*hápax existencial*”. Ele mostra que as grandes descobertas da filosofia, na verdade, se dão por questões da vida pessoal dos filósofos. São acontecimentos na vida dos filósofos que levam a que eles tenham grandes iluminações. São acontecimentos quase sempre muito doloridos que fazem com que eles desenvolvam seus grandes conceitos. Onfray é um pensador anarquista que criou a Faculdade Livre de Filosofia e Psicologia¹¹, na França. Ele não dá aula nas grandes academias. Ele criou uma universidade popular de Filosofia. Então, ele recebe qualquer pessoa que tenha formação ou não para estudar Filosofia. Ele faz os cursos dele. Ele vem muito ao Brasil e tem uma grande audiência. Tem muitos amigos no Brasil e vem muito aqui. Eu gosto muito dele por causa dessa percepção: o corpo e os afetos como uma coisa central no pensar. Nós não pensamos, como dizia Nietzsche, apenas com a cabeça, com o cérebro. Pensamos com o corpo inteiro. Quando terminamos um dia de trabalho... de escrever... está doendo da cabeça aos pés. Não é apenas a cabeça que está doendo, mas o corpo inteiro. A gente envolve o corpo inteiro na escrita... A nossa libido, o nosso desejo, está jogado ali... Há gozo. Se não houvesse o gozo, o prazer, nós não escreveríamos. Quando terminamos um texto, a gente goza. Quem nega isso? Há um gozo, há um prazer de terminar de escrever um texto, senão ninguém fazia. Se fosse uma coisa meramente racional, seria uma coisa sem *gran finale*. Terminaria o texto e não teria gosto. Na verdade, é uma grande realização interna e emocional. Se você está deprimido, escreva. Quando você consegue escrever, a depressão passa, porque você conseguiu produzir alguma coisa. A sensação é de que estamos deixando alguma coisa para o mundo e não estamos vivendo nosso tempo impunemente. Por isso dar aula também é uma coisa fascinante. A gente sabe que, cada vez que entramos em sala de aula, podemos estar sendo decisivos para a vida de uma pessoa e para a nossa vida. Portanto, ela não está sendo vivida impunemente. Eu tenho plena certeza de que eu não sou louco porque eu sou professor: porque eu dou aula, porque a aula é absolutamente terapêutica para mim. Eu posso estar mal, com grandes problemas na vida; quando eu atravesso a porta da sala de aula, o mundo fica lá fora, tudo se transforma. Eu saio muito melhor depois que acaba a

¹¹ Há detalhes sobre a Faculté Libre de Philosophie et de Psychologie (Paris, França) em: <https://ipc-paris.fr/>.

aula. São essas coisas que procuro dizer para os meus alunos para ver se eu os convenço a continuar na profissão e que ela vale a pena.

I.C.: Fascinante. Eu queria agradecer a entrevista. Antes de tudo, as suas reflexões nos colocam diante da necessidade de quebrarmos a visão de que é uma coisa ou outra: é uma coisa e outra e outra e outra e outra... Eu acho que grande parte dos nossos problemas tem a ver com as formas como a gente viu o mundo, como vimos o mundo e tivemos de o reconfigurar...

D.M.: O positivismo, infelizmente, é constitutivo de nosso pensamento ocidental...

I.C.: É corpo e alma... essas divisões e dicotomias, que estão batendo forte na nossa sala de aula, nos nossos projetos de pesquisa, nos nossos envolvimento acadêmicos e políticos... Vemos que tudo isso é social, é da sociedade... Enfim, eu quero agradecer imensamente a você. Foi uma tarde maravilhosa e esperamos uma nova entrevista daqui a um tempo. Quem sabe, né? Em um futuro próximo...

D.M.: Obrigado pelo convite. Foi maravilhoso!

* * *